

**SANTOS, Milton. BECKER, Bertha (org.).
Território, territórios: ensaios sobre o
ordenamento territorial. Rio de Janeiro:
Lamparina, 3.^a ed. 2011.**

POR UMA LEITURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PELA ÓTICA TERRITORIAL

LINOVALDO MIRANDA LEMOS

Iná Elias de Castro referiu-se certa vez ao território como sendo a base material e simbólica da sociedade (CASTRO, 2005). Tomada enquanto tal, sociedade e território não são polos opostos de uma mesma realidade, da mesma forma que o território não é simplesmente o palco ou o cenário no qual a vida se desenrola. Antes de tudo, o território é a própria sociedade e desempenha um papel ativo nas nossas vivências individuais e coletivas bem como nos rumos que queremos tomar em direção a uma realidade mais justa, mais feliz e com maior desenvolvimento socioeconômico.

O livro *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* lança um feixe de luz na dimensão territorial da sociedade. Organizada por Milton Santos e Bertha Becker, a obra é composta por 15 textos de autoria de professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), além dos artigos “O dinheiro e o território” e “A Amazônia e a política ambiental brasileira” de autoria de Milton Santos e de Bertha Becher, respectivamente, que abrem a obra. Esta se organiza em três grandes eixos ou partes constitutivas, a saber: i) “Território, espaço e ordem”, com uma abordagem mais conceitual e teórica sobre território, desterritorialização, sociedade civil, Estado e representação política; ii) “O ordenamento territorial urbano-regional”, composto por duas subordens de assuntos: primeiramente artigos relacionados ao urbano

em diferentes escalas, com abordagens que tocam em questões como *marketing* urbano, fluxos, cidade e cidadania, subúrbio, favela, movimento associativos de bairro, seguidos por dois artigos com uma abordagem mais preocupada com a colonização e a ocupação do território e outro que trata da fronteira agrícola da soja; e iii) “Ordenamento territorial ambiental”, com textos voltados, *grosso modo*, à discussão da *questão ambiental*: as vertentes — ou escolas — que analisam a (des)ordem ambiental, os paradigmas da relação homem-natureza e o ambientalismo, bem como o papel da geografia física no ordenamento territorial. Nessa seção, ainda, há um artigo mais empírico no qual se identificam e analisam os impactos geomorfológicos de uma barragem no baixo rio São Francisco. Cabe ressaltar que não há na obra nenhuma oposição entre artigos conceituais e aqueles nos quais se analisam casos mais específicos, mas apenas focos de análise mais voltados para um ou outro caminho. Assim, as discussões teóricas e conceituais, em maior ou menor grau, acompanham todos os artigos do livro como arcabouço à análise da questão que está no fulcro da análise, o território.

Opto, na presente resenha, por discutir a obra *Território, territórios...* privilegiando as temáticas mais transversais que dão coerência à diversidade presente nos artigos que perfazem as suas mais de 400 páginas. Com toda reverência à qualidade dos autores e de suas contribuições, tal opção em tomar a obra privilegiando-se os temas ou questões que poderiam servir de amálgama à variedade de abordagens — e não nos textos individualmente — visa fundamentalmente ressaltar as possíveis contribuições àqueles envolvidos com as políticas públicas e com as questões de cunho territorial, tanto do ponto de vista teórico quanto do da ação política. Assim, destacarei as seguintes temáticas que atravessam, em maior ou menor grau, os diversos artigos que compõem a obra: *o território e o ordenamento territorial; a globalização; a escala e, por fim, mas não menos importante, a ação política.*

Iniciemos pela centralidade do território expresso no título do livro para, a partir dele, podermos compreender as linhas mestras que darão o tom da obra. Este é tomado como conceito geográfico fundamental, como um recorte espacial que se reveste de um potencial teórico-metodológico capaz de iluminar as problemáticas tratadas no livro. Ao mesmo tempo, o território é concebido também como uma escala privilegiada da ação política. Não sem motivo, Milton Santos, na obra que é objeto da presente resenha, refere-se ao território como o “fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (p. 14). Nesse sentido, é por meio do território que se estabelece uma relação entre a população e o seu chão cuja síntese é a própria identidade territorial ou, poderíamos dizer, a *territorialidade*. Esse substantivo feminino derivado de *território* se refere ao “sentimento de pertencer ao que nos pertence”, conforme o autor pontuou em outras obras (SANTOS, 2001; SANTOS, SILVEIRA, 2001).

O subtítulo do livro “ensaios sobre o ordenamento territorial”, por seu turno, poderia levar o leitor desavisado a pensar que se trate de uma coletânea dedicada ao planejamento, à organização e à racionalização das ações do Estado na direção de uma “política nacional de ordenamento territorial” (MELO, OLIVEIRA JÚNIOR, 2005). Contudo somos alertados, logo de início, de que na obra o

ordenamento territorial deve ser tomado “num sentido bastante amplo de arranjo espacial” (p. 11), não devendo, portanto, ser encarado naquela acepção de uma ação em direção a “colocar-se em ordem”, “ordenar” ou gerir o território.

A abordagem do livro procura afastar-se de certa visão que toma o território, de forma isolada e exclusiva, como um suporte ou base físico-material. O território é essa base e também, dialeticamente, uma dimensão fundamental da existência e da ação social, da cidadania e da representação política. Nesse sentido, defende que “ao mesmo tempo que reconhecemos que o território é um *componente indissociável de todos os processos sociais*, devemos reconhecer também *o caráter uno-múltiplo da especificidade das problemáticas que ele expressa*” (p. 12, grifo meu). Assim, ao se propor a superação dessa dualidade, o livro se compromete em afastar-se do pensamento que marca “a maior parte do discurso das ciências sociais” (p.12), a saber, aquele que toma a sociedade e o espaço como entidades separadas.

Há certa inspiração no pensamento de Milton Santos na obra como um todo; no entanto fugiria do objetivo da presente resenha debruçar-se sobre o pensamento desse importante geógrafo acerca do território. Remetemos o leitor, nesse sentido, ao livro de Antonio Carlos Robert de Moraes “Território na geografia de Milton Santos” (MORAES, 2013), uma análise aprofundada e com riqueza de citações e notas diretas sobre o conceito em tela. Contudo faz-se necessário abordar a ideia de “território usado”, defendida por Milton Santos de forma um pouco mais sistematizada em outras ocasiões (SANTOS, 2001; SANTOS, SILVEIRA, 2001) e que aparecem no livro *Território, territórios...* tanto no primeiro capítulo, de autoria do próprio autor, quanto no capítulo 13, que trata da fronteira agrícola, e alhures. Por hora, permitam-me trazer uma citação da própria obra *Território, territórios...*:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. [...] O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.” (p. 14).

Política e economia se fundem na noção de território usado, pois se por um lado o território pressupõe o controle e o exercício de poder, por outro o seu *uso* remete à ação humana, por meio do trabalho social, sobre essa base material, bem como às funções econômicas e à incorporação da técnica ao território na esteira do processo de globalização. A “constituição do meio técnico-científico-informacional” na sua “materialidade no território” se expressa na organização produtiva do território, nas redes, nos movimentos de população e de mercadorias e no próprio esforço de formulação de uma síntese a respeito do território brasileiro expresso no livro de Milton e Silveira (2001).

No livro que é objeto da presente resenha, a globalização pode ser tomada como um dos seus elementos balizadores. O leitor encontrará na obra em tela, por diversos momentos, referências ao fenômeno como uma espécie de *background*

espaço-temporal que perpassa a sua leitura, de forma mais ou menos explícita, nas suas inter-relações com o território. Portanto, há partes do livro nas quais se trava um diálogo crítico com a globalização, seja na análise do poder do dinheiro “fluido” e “invisível”, seja nas referências às redes que sustentam a globalização e os processos de territorialização e desterritorialização que a acompanham. Da mesma forma, o fenômeno perpassa as discussões presentes no livro, fazendo-se as correlações entre questões como reformas urbanas e expansão da fronteira agrícola e os processos, as influências e as formas de inserção da economia, sociedade e naturezas em uma lógica global.

Daí a percepção de uma preocupação muito cara aos geógrafos que concerne ao tratamento escalar dos fenômenos. O foco é o território brasileiro, mas a abordagem dispensada é transescalar na sua essência. Isso porque, por um lado, transita-se entre fenômenos globais e fenômenos locais, passando por questões nacionais nos diversos artigos que compõem a obra. Por outro lado, nos seus respectivos momentos há um esforço por parte dos autores em estabelecer as correlações, os vínculos e as interdependências entre o território em diferentes escalas. Assim, o leitor compreenderá a impossibilidade de se tratar questões de cunho espacial desprezando-se as suas inter-relações e interconexões numa realidade contemporânea que é, sobretudo, reticular. Nesse sentido, a “cidade do Rio de Janeiro”, “o baixo curso do rio São Francisco”, o “subúrbio carioca”, a “fronteira agrícola”, a “Amazônia” ou o “ambiente” como objeto de análise e do discurso ou como objeto de investigação e centro da atenção dispensada pressupõem os seus respectivos imbricamentos em relação a outras escalas, desde as mais próximas e imediatas até as mais distantes. Para ser fiel aos fatos, o sucesso nesse esforço com as inter-relações entre as escalas é variável, e em muitos momentos tal preocupação só é percebida de forma muito subliminar. Mas essa não é a regra do conjunto dos artigos.

Por outro lado, ainda há certa opacidade da questão regional ou mesmo da escala regional como objeto de análise no livro, muito embora a parte dois seja dedicada ao “ordenamento urbano-regional”. Decerto que num livro intitulado “Território, territórios...”, já se está estabelecendo, de antemão, o recorte e a abordagem em voga. Contudo, acredito a questão regional seja uma dimensão fundamental ao entendimento do próprio ordenamento territorial tanto no sentido amplo de arranjo espacial quanto como uma forma de organização ou de diretrizes para o território. Nesse sentido, a região — como um recorte espacial e uma escala geográfica e de ação política — possui uma importância analítica para a elaboração das políticas públicas e mesmo para os processos de desenvolvimento socioespacial.

Território, territórios... traz para o centro do debate a geografia política e sua preocupação, nas palavras de Bertha Becker, em “problematizar a dimensão territorial” posto que é “pelo território que se efetiva a ação política, a qual incide retroativamente sobre ele” (p.35). Quem seriam, então, os agentes dessa ação política referendada no território? Para Claude Raffestin, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN: 1993, p.143). Uma abordagem clássica reservaria ao Estado-Nação esse papel de agente de um

programa. A obra em questão, no entanto, tem o mérito de trazer essa discussão para além do Estado, reconhecendo que hoje é “imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais” e, diríamos, entre as ações de múltiplos atores que, em maior ou menor grau, atuam relacionadamente no território.

Passados quase 15 anos desde a primeira edição, a obra continua atual. E isso não somente pelas contribuições dos diversos artigos que a compõem, mas também, e principalmente, pelo interesse renovado pela temática expresso em abordagens focadas no território. Tomemos, só para citar dois exemplos recentes, o livro intitulado “Identidade, Território e Resistência” (SILVA et al, 2014) e “Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos” (SAQUET, SPOSITO, 2015). Trata-se, assim, de um debate posto e renovado, e a obra em questão ocupa um lugar importante na seara da pesquisa focada no território. Por isso, o convite à leitura – ou releitura — está feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Iná Elias de. (2005). **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MELLO, Neli Aparecida. OLIVEIRA JÚNIOR, Rosalvo. (2003). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. **Anais...** Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 13-14 novembro.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (2013). **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. (2001) **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton. (2001). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). (2015). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência.

SILVA, Onildo Araújo da et al (Orgs.). (2014). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência.

Linovaldo Miranda Lemos

Doutor em Geografia e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)